



# Receita abre na sexta consulta a maior lote de restituição da história

## Deputado pede investigação sobre sumiço de usuários da Cracolândia

Página 2

## Novas regras do INSS vão dar mais proteção a dados de segurados

Página 3

### Poupatempo amplia oferta e abre 57 mil vagas de agendamento por mês

O Poupatempo expandiu significativamente sua capacidade de atendimento em 2024. Com 4,3 mil serviços públicos disponíveis, abriu 57 mil novas vagas de agendamento nos 245 postos distribuídos por todo o estado de São Paulo.

O aumento de 25% na oferta integra um amplo plano de modernização da gestão pública, conduzido pela Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), reforçando o compromisso com serviços mais acessíveis, ágeis e eficientes para os cidadãos paulistas.

Coordenada pela Prodesp, empresa de tecnologia do Governo de São Paulo, a gestão do Poupatempo registrou 45 milhões de atendimentos presenciais e 76 milhões de interações digitais apenas no último ano – reflexo direto das melhorias operacionais e tecnológicas implementadas.

A ampliação da capacidade de agendamento acompanha a abertura de 36 novos postos desde o início da atual gestão. Cidades como Embu das Artes, Louveira, Poá, Tietê e Santana de Parnaíba passaram a contar com unidades próprias, facilitando o acesso da população aos serviços essenciais como emissão de documentos, regularização de veículos, exames de mamografia, entre outros.

Somente em 2024, o Poupatempo economizou R\$ 228,8 milhões, incluindo a modernização da infraestrutura, digitalização e inovação operacional, como a implantação do Centro de Controle Operacional (CCO), que monitora em tempo real o desempenho das unidades e orienta decisões com base em dados.

Reconhecido nacionalmente, o Poupatempo foi premiado em 2024 com o iBest, na categoria “Governo Estadual”, e com o Smart Customer, pelo projeto “São Paulo em Libras”, que garante acessibilidade nos canais digitais e presenciais com intérpretes de Libras ao vivo.

Com índice de aprovação de 98,7% entre os usuários, o programa reafirma seu papel como ferramenta de inclusão digital e cidadania ativa, aproximando o governo dos cidadãos, onde quer que estejam. (Governo de SP)

## CCJ do Senado aprova fim da reeleição para cargos do Executivo



Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil

### Esporte

# Gabriel Bortoleto participará do seu primeiro GP de Mônaco de F1

O piloto brasileiro Gabriel Bortoleto, da equipe Stake F1 Team | Kick Sauber, se prepara para sua estreia no icônico circuito de Monte Carlo, palco do Grande Prêmio de Mônaco de Fórmula 1, que acontece entre os dias 23 e 25 de maio. Esta será a oitava etapa da temporada 2025 do Campeonato Mundial de F1.

Apesar de ser sua primeira participação na F1 em Mônaco, Gabriel já possui experiência no circuito, tendo competido na Fórmula 3 em 2023 e na Fórmula 2 no ano passado. A pista de Mônaco, com apenas 3.337 metros de extensão, é conhecida por suas curvas estreitas, subidas, descidas e o famoso túnel, apresentando desafios únicos para os pilotos. A corrida deste domingo terá a duração de 78 voltas.

“É ótimo correr em Mônaco – a atmosfera, a história e o desafio tornam este fim de semana verdadeiramente icônico. A equipe tem trabalhado duro nos bastidores para se preparar, e eu voltei para Hinwil para me dedicar no simulador depois de Ímola. O último fim de semana não foi exatamente como eu esperava, mas ainda havia alguns pontos positivos para aprimorar, especialmente em termos de ritmo. Estou animado para voltar à pista, aproveitar cada curva e dar tudo de mim”, afirmou

importantes patrocinadores como Banco BRB, KitKat, Porto, Mo-



Foto: Stake F1 Team

**Gabriel Bortoleto.**  
Gabriel conta com o apoio de

torola e Snapdragon.

Nos treinos livres, classificação e corrida, os fãs brasileiros poderão acompanhar a performance de Gabriel ao vivo. Confira a programação pelo horário de Brasília:

Sexta-feira (23/05):  
TL1: 08:30 – 09:30  
TL2: 12:00 – 13:00  
Sábado (24/05):  
TL3: 07:30 – 08:30  
Qualificação: 11:00 – 12:00  
Domingo (25/05):  
Corrida: 10:00 – 12:00

As transmissões serão realizadas pelo canal por assinatura BandSports (treinos) e pela Band (classificação e corrida) na TV aberta.

# Kartismo: Interlagos Trophy faz terceira etapa neste sábado

O campeonato de kartismo amador AKSP Interlagos Trophy realizará a sua terceira etapa neste sábado (24), no Kartódromo de Interlagos, zona sul de São Paulo (SP). O evento terá início às 16h30, com provas para as categorias Light, Sênior, Graduados, Elite e a feminina, Mulheres em Ação. Nas etapas anteriores, nenhum piloto repetiu vitória, o que demonstra o equilíbrio neste início de temporada. Os líderes do certame depois de duas etapas são Victor Vieira (Light), Ricardo Barros (Sênior), Lucimara Reimberg (Mulheres em Ação), Júlio Luiz (Graduados) e Paulo Policeno (Elite).

Como determina o regulamento do certame, os vencedores da etapa anterior carregarão o lastro do sucesso, que é a adição obrigatória de lastro de mais 5 quilos. Os ‘felizardos’ são Victor Luiz Vieira (Light), Valdo Gregório (Sênior), Aurélio Freitas (Mulheres em Ação), Júlio Luiz (Graduados) e Allan Félix (Elite).

Grande novidade desta temporada, as categorias Graduados e Elite encerrarão a programação, a partir das 18 horas, correndo juntas em Mini-Endurance de 50 minutos. Depois da tomada de tempos de 5 minutos, os 10 mais rápidos receberão pontos de bonificação decrescente, mas é efe-

tuada a inversão no grid entre eles. Os pilotos terão que fazer obrigatoriamente uma Joker Lap, e um Pit Stop de 4 minutos para troca de kart. Na primeira edição a competição foi decidida na última volta, com os três primeiros separados por apenas um décimo de segundo. Na segunda etapa o vencedor se destacou, mas os quatro pilotos seguintes decidiram suas posições na última curva, o que comprova o dinamismo e competitividade da prova de média duração.

Classificação do AKSP Interlagos Trophy após a 2ª etapa:  
Light – 1) Victor Vieira, 45 pontos; 2) Felipe Gonçalves, 40; 3) Ed Gähr, 33; 4) Arthur Filipe, 25; 5)

Henrique Sacramento, 22; 6) Felipe Garcia, 19; 7) Félix Frank, 16; 8) Tiago Frank e Jeferson Marques, 15; 10) Gabriel Barrense e Jeferson Celestino da Silva, 14.  
Sênior – 1) Ricardo Barros, 31 pontos; 2) Raimundo Gadelha, 28; 3) Jorge Roque e Valdo Gregório, 26; 5) Luiz Felizzola e Miguel Sacramento, 22; 7) Guto Oliveira, 19; 8) Ricardo Tortorelli Canal e Hélio Matias, 17; 10) Roberto Guimarães, 16.  
Graduados – 1) Júlio Luiz, 54 pontos; 2) Sérgio Inácio, 43; 3) Roberto Guimarães, 34; 4) Rafael Vilela, 30; 5) Ricardo Barros, 29; 6) Gabriel Vitorino, 25; 7) Fernando de Sá, 24; 8) Ronaldo Christófano, 20; 9) Giovanni Guimarães,

16; 10) Luan Luz, 15.  
Elite – 1) Paulo Policeno, 61 pontos; 2) Gabriel Palmyro e Allan Félix, 52; 4) José de Jesus e André dos Reis, 49; 6) Rodrigo Parmezani, 36; 7) Jorge Roque, 20; 8) Elcio Lora, 15.  
Mulheres em Ação – 1) Lucimara Reimberg, 49 pontos; 2) Aurélio Freitas, 44; 3) Grazi Gonçalves, 41; 4) Mirna Firmiro e Cláudio Franco, 34; 6) Maiza Hyodo e Patricia Ishi, 28; 8) Flávia Corrêa e Cláudia Leite, 14; 10) Eliane Belo, 12.

Para maiores informações: WhatsApp: 11996813549; Siga o Instagram @aksp.19; Siga o Instagram @GPMulheresemAcao

<b>DÓLAR</b>
Comercial
Compra: 5,64
Venda: 5,65
Turismo
Compra: 5,69
Venda: 5,87
<b>EURO</b>
Compra: 6,39
Venda: 6,40

# Suplicy pede investigação sobre sumiço de usuários da Cracolândia

## São Paulo amplia ações do Radar Anticorrupção

O Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo, também conhecido como Programa Radar Anticorrupção, passa a partir da quarta-feira (21) a contemplar 118 propostas, com prazos de implementação ainda neste ano e em 2026.

Entre as novas ações, estão a regulamentação da destinação de presentes diplomáticos, a capacitação de agentes sobre o programa de proteção a denunciadores, a atualização de normativos sobre cadastros e obtenção do Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE) e a elaboração de normativo disciplinando a apuração preliminar em casos de assédio sexual praticados

por agentes públicos.

A medida consta em resolução da Controladoria-Geral do Estado de São Paulo (CGE SP). A atualização das ações foi definida na primeira reunião de 2025 do Comitê de Combate à Corrupção, realizada em 16 de abril.

O órgão se reúne semestralmente com a finalidade de assessorar o Governador do Estado na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas destinadas à prevenção e ao combate à corrupção na Administração Pública estadual.

Todas as alterações do PAC estão presentes no painel interativo que está publicado no site da CGE SP. (Governo de SP)

O deputado estadual Eduardo Suplicy (PT) e a vereadora Luna Zarattini (PT) acionaram o Ministério Público de São Paulo para apurar o paradeiro dos usuários de drogas que ficavam na região conhecida como Cracolândia, no centro da capital paulista. Nos últimos dias, foi noticiado, sobretudo na imprensa local, o súbito esvaziamento da área, o que causou desconfiança, já que há anos diversas gestões tentam solucionar a questão.

No despacho, eles argumentam que há um “conjunto sistemático e articulado de denúncias que indicam a ocorrência de graves violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos” e que a suspeita é a de que o que está em andamento é um processo de “higienização social”.

Luna e Suplicy pontuam que há diversos relatos denunciando o transporte, em vans, de pessoas em situação de vulnerabilidade social e dependência química, “muitas vezes de forma forçada ou mediante ofertas questionáveis, para bairros periféricos da capital ou até mesmo para outros

municípios da região metropolitana, como Guarulhos”.

“Moradores do Jardim Tremembé, na zona norte da capital, relataram o repentino aumento da presença de usuários na região, alguns deles portando notas de R\$ 100, indicando que foram pagos para se deslocarem. Em Guarulhos, a prefeitura local instaurou apuração para investigar a chegada de pessoas transportadas pela gestão paulistana sem qualquer articulação prévia”, escreveu em um trecho do documento.

Profissionais que atendiam aos usuários na rede pública de saúde comunicaram a reportagem a formação de um grupo derivado do primeiro perto de um viaduto. Uma preocupação é a de que os usuários tenham sido internados contra sua vontade, ou seja, de modo involuntário.

A Agência Brasil solicitou à prefeitura de Guarulhos esclarecimentos, mas ainda não teve retorno. A reportagem também questionou a Secretaria Municipal das Subprefeituras sobre eventuais fluxos que poderiam ter se formado em outros pontos da cidade e também aguarda resposta.

A prefeitura da capital colocou no ar um painel chamado “Cenas de uso da região da Luz”. Em janeiro deste ano, no pico de registro, era estimado um total de 465 pessoas, no período vespertino. Em fevereiro, o patamar máximo foi de 668, enquanto em março foi de 489. Em abril, o maior volume alcançado diminuiu, passando para 382, durante uma manhã. Já neste mês o nível mais elevado foi 181 pessoas, registrado no dia 1º.

Em 13 de agosto, véspera do esvaziamento, agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) foram flagrados agredindo pessoas em situação de rua, na Cracolândia. Em nota encaminhada à reportagem da Agência Brasil, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana informou que serão ouvidas testemunhas, vítimas e os agentes envolvidos no caso, para esclarecer os fatos.

“Ao final do processo, se constatadas condutas inadequadas, serão adotadas as medidas cabíveis, inclusive sanções.”

No último dia 14, em coletiva de imprensa convocada por ocasião da entrega de uma obra finalizada do Centro Esportivo

Santo Amaro Joerg Bruder, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, disse que é comum, inclusive em outros cantos do mundo, como França e Nova York, a aglomeração de usuários de drogas, e que se deve comemorar as melhoras atingidas.

“A gente tinha, em 2016, 4 mil usuários na Cracolândia, [algo] que a imprensa repercutiu. Hoje dá para dizer que resolveu todo o problema? Não, mas a gente já avançou muito”, disse, assumindo que usuários continuam circulando por localidades como o Glicério, também na zona central.

Na ocasião, Ricardo Nunes criticou a imprensa, afirmando que os jornalistas enfatizam de modo exagerado os pequenos grupos que resistem e permanecem pelas ruas. Para o prefeito, a mídia deveria reconhecer, em um gesto de “maturidade”, que a ausência de usuários na região é decorrente da ação multidisciplinar de sua gestão, que envolve a incidência de profissionais da saúde, do serviço social, da Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Civil Metropolitana (GCM). (Agência Brasil)

## Governo envia à Alesp projeto de lei para valorização das carreiras dos servidores da área social

O Governo do Estado de São Paulo encaminhou à Assembleia Legislativa (Alesp) um Projeto de Lei Complementar que institui a nova carreira de Especialista Social na Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS). A medida é um pleito de mais de uma década dos agentes da pasta. O anúncio foi realizado na terça-feira (20), durante a apresentação do SuperAção SP, programa inovador e estruturante voltado à superação da pobreza por meio do atendimento personalizado às famílias em situação de vulnerabilidade social. O objetivo é criar condições para que essas famílias tenham apoio e acesso a oportunidades para alcançar emancipação e autonomia.

A nova carreira unifica os cargos de Agente de Desenvolvimento Social e Especialista em Desenvolvimento Social, criados em 1998. A medida visa modernizar, qualificar e valorizar o quadro técnico da SEDS, hoje com

salários defasados em comparação a outras carreiras equivalentes no Estado.

### Entre os principais pontos da proposta estão:

Exigência de nível superior e experiência mínima de dois anos na área de atuação para ingresso na carreira, via concurso público;

Estruturação da carreira em seis níveis e três categorias, com critérios claros para progressão funcional e promoção;

Remuneração por subsídio, com salário inicial de R\$ 8.469,40, podendo chegar a R\$ 21.216,48 nos níveis mais altos;

Avaliação de desempenho anual e promoção a cada dois anos com base em desenvolvimento profissional;

Transição garantida para os atuais servidores, com preservação de vencimentos por meio de vantagem pessoal identificada.

O projeto valoriza os servido-

res que atuam diretamente com esse público, reconhecendo a importância de seu trabalho técnico e especializado na execução de políticas sociais complexas e integradas.

A reformulação também contribui para fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e a capacidade da SEDS de coordenar e monitorar políticas públicas nos 645 municípios paulistas, além de ampliar sua atuação nas áreas de assistência social, segurança alimentar e política sobre drogas.

### SuperAção SP

O SuperAção SP é um programa inédito, integrado e intersetorial com o objetivo de dar condições para que famílias vulneráveis tenham apoio e acesso às oportunidades para a efetiva superação da pobreza no estado de São Paulo. Uma jornada completa e estruturada levando à emancipação e autonomia dessa

população.

Com aporte inicial de R\$ 500 milhões para operacionalização, o SuperAção SP integra ações de proteção social, capacitação profissional e inclusão no mundo do trabalho, em parceria com os municípios. As famílias são selecionadas pelo CadÚnico e acompanhadas por agentes sociais por até dois anos, com planos personalizados, auxílios financeiros, bonificações por metas e acesso a políticas públicas de assistência social, educação, saúde, habitação e geração de renda.

O programa avaliou mais de 60 experiências internacionais bem-sucedidas e construiu com apoio de especialistas globais ao longo de um ano. Será estruturado em ondas, atendendo nessa primeira etapa, 105 famílias em situação de vulnerabilidade social. Os benefícios variam conforme a etapa e podem chegar a R\$ 10,4 mil por família ao longo do percurso. (Governo de SP)

## Cadeias Produtivas Locais do setor de calçados crescem com incentivo do SP Produz

O programa SP Produz, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), tem o objetivo de fortalecer as cadeias produtivas locais (CPLs) do estado de São Paulo. Ao todo, o projeto já reconheceu 95 CPLs, beneficiando cerca de 27 setores estratégicos para a economia paulista, como é o caso do setor de calçados.

Na cidade de Birigui, região de Araçatuba, a CPL Calçado Infantil conta com cerca de 350 empresas em seu polo e foi reconhecida com o nível mais elevado do programa: “Madura”. Com isso, o recurso fornecido por meio do SP Produz está sendo utilizado para investir em estratégias relacionadas à inovação, tecnologia, capacitação e projetos de inteligência artificial.

“Participamos do edital e fo-

mos classificados. Graças ao fomento, estamos levando para nossa cadeia produtiva workshops e outras ações estratégicas, como uma plataforma comercial, onde as empresas vão ter acesso a lojistas. Será uma ferramenta de vertente comercial para ajudar a buscar novos clientes”, explica Fernanda Mantovani, assistente de comunicação e marketing no Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui (Sinbi), entidade gestora da CPL.

Outro exemplo está na CPL Calçado Feminino, de Jaú, localizada na região de Bauri, que também foi reconhecida com o nível mais elevado do programa e busca implementar suas estratégias.

“Nosso objetivo dentro do SP Produz é fortalecer a CPL, ter recursos e um norte estratégico.

Esse papel de fomento das cadeias produtivas locais, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico faz com brilhantismo, pois identifica as vocações regionais de cada uma das CPLs”, comenta Luis Felipe Rodomonte, presidente do Sindicato da Indústria de Calçados (SindJaú) – entidade gestora da CPL.

### Novo edital

O SP Produz está com novo edital de reconhecimento para CPLs do estado de São Paulo que desejam participar do programa, com inscrições abertas até 13 de junho. Independentemente do setor de atuação, as cadeias produtivas locais que desejam concorrer precisam:

Ser representadas por entidade gestora: pessoa jurídica pública ou privada, sem fins lucra-

tivos e integrante da CPL; ou ter agente representante: pessoa jurídica pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) há pelo menos dois anos e integrante da CPL.

Cada CPL reconhecida recebe apoio técnico para aprimorar e fortalecer suas atividades. As cadeias podem ser classificadas em até quatro níveis e, dependendo do grau de maturidade alcançado, têm a possibilidade de participar de editais e obter recursos para seus projetos de desenvolvimento.

Para CPLs que desejam participar, o local de inscrição, bem como mais informações sobre os processos e etapas de avaliação, ficam disponíveis no site do programa, a partir da data de publicação do edital. (Governo de SP)

## Polícias Civil e Militar ampliam efetivos para edição da Virada Cultural em SP

As Polícias Civil e Militar vão garantir a segurança de quase 5 milhões de pessoas que devem participar da Virada Cultural na cidade de São Paulo, nos dias 24 e 25 de maio. O planejamento estratégico definido pelas corporações prevê a ampliação do efetivo de policiais, chegando a 4,2 mil agentes, que participarão do esquema de segurança.

Além do efetivo empenhado, a Polícia Militar utilizará câmeras fixas e móveis, drones dos Comandos de Policiamento de Área e o Olho de Águia para monito-

rar em tempo real todos os pontos e os palcos da festa.

O Centro de Operações da Polícia Militar (Copom) também vai instalar uma sala para gerenciamento de incidentes com participação de unidades da PM e demais órgãos envolvidos.

Nos dias do evento também serão montadas torres de observação nos principais palcos e gradis e tapumes para o controle de fluxo de pessoas.

O policiamento ficará por conta dos batalhões territoriais, além das tropas especializadas, como

a Rota, o Choque, o Baep, a Cavalaria, o Canil, o Comando de Aviação, de trânsito, e do Corpo de Bombeiros, em aproximadamente 900 viaturas.

As ações visam garantir a segurança para todos os participantes, reduzir crimes e ocorrências mais comuns, e certificar a resposta rápida e eficaz em caso de incidentes.

Nas áreas do evento, a Polícia Civil vai reforçar o atendimento nas delegacias de plantão, abertas 24 horas. Desse modo, será agilizado o registro de even-

tuais ocorrências e flagrantes.

Os agentes da Divisão de Proteção à Pessoa do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) atuarão no policiamento preventivo especializado na área externa do evento, com foco nos furtos e roubos de celulares e outros crimes patrimoniais.

Além disso, o Serviço Aerotático (SAT) também apoiará as equipes em solo na área da Virada Cultural nos horários de maior concentração de público. (Governo de SP)

**CESAR NETO**  
www.jornalistacesarneto.com



### CÂMARA (São Paulo)

O médico e então vereador (PSD) Marco Aurélio Cunha renunciou ao mandato [maio 2015] pra assumir o futebol feminino na CBF. O presidente era Marco Polo Del Nero (ex-FPF), pelas mãos do ex-governador (SP) José Maria Marin

### PREFEITURA (São Paulo)

O fervoroso católico e prefeito [reeleito 2024] Ricardo Nunes (MDB) já tá rezando muito pra que o treinador luso Abel Ferreira [líder isolado no brasileiro 2026] leve o Palmeiras à conquista do mundial de clubes em junho 2025

### ASSEMBLEIA (São Paulo)

O advogado, deputado estadual, dirigente partidário e presidente da Federação Paulista de Futebol, Nabi Abi Chedid [falecido em 2006] foi vice-presidente [na gestão Octávio Pinto Guimarães] da Confederação Brasileira de Futebol

### GOVERNO (São Paulo)

O fluminense e católico governador Tarcísio Freitas (Republicanos), segue falando em reeleição 2026, por ter obtido uma mega votação [com presidente Bolsonaro apoiando] em sua 1ª eleição [2022]: quase 13,5 milhões de votos

### CONGRESSO (Brasil)

O médico e deputado-presidente Hugo Motta (Republicanos PB) empurrou pro senador Alcolumbre (União AP) abrir uma CPMI sobre fraudes e roubos [via INSS] tirando dos aposentados(as) e pensionistas pra entidades e sindicatos

### PRESIDÊNCIA (Brasil)

O católico e presidente Lula (dono do PT) sabe que tem grandes desafios pra estar entre lideranças que serão lembradas por buscar [caso imite o Caráter do Cristo] atingir alguns dos quase impossíveis 17 Objetivos [ONU] até 2030

### PARTIDOS (Brasil)

O PT do Lulismo [via Haddad] diz que vencerá [de novo] as eleições 2026. Em Portugal, o partido Socialista foi massacrado. Na Argentina, o presidente Milei [com “A Liberdade Avança”] faturou eleições legislativas em Buenos Aires

### JUSTIÇAS (Brasil)

Senador Moro (União), ex-juiz federal no Paraná, afirma que mancha a reputação do Brasil “asilo em bases humanitárias” pra ex-1ª dama peruana Heredia, condenada à prisão com o marido Humala [por corrupções via Odebrecht]

### ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - ‘Não saia da vossa boca nenhuma palavra torpe, mas só a que for boa para promover a edificação, para que dê graça aos que a ouvem’ Efésios 4:29

**Jornal O DIA S. Paulo**  
Administração e Redação  
Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar  
CEP: 01332-030  
Filiais: Curitiba / PR  
Jornalista Responsável: Angelo Augusto D.A. Oliveira Mtb. 69016/SP  
A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião  
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br  
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC  
Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822  
Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50 Impressão: Gráfica Pana

# Novas regras do INSS vão dar mais proteção a dados de segurados

O Ministério da Previdência Social implementou, na quarta-feira (21), novas regras para a gestão e proteção de dados pessoais sob a guarda dos órgãos, unidades e autarquias vinculadas à pasta.

Instituída por meio da Portaria nº 1.157, a Política de Segurança da Informação estabelece princípios, diretrizes, responsabilidades e competências a serem observadas por servidores públicos, empregados, prestadores de serviço e demais pessoas autorizadas a acessar dados gerados, custodiados, manipulados, utilizados ou armazenados no âmbito do ministério e de seus órgãos.

O estabelecimento da política ocorre em meio às investigações acerca de esquemas fraudulentos que lesaram milhões de beneficiários da Previdência Social em todo o país,

por meio de descontos em folha, não autorizados, relativos a mensalidades associativas e créditos consignados que beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) afirmam não ter contratado.

As fraudes nos benefícios pagos pelo INSS – uma autarquia subordinada ao Ministério da Previdência Social – dependem, em grande parte, do acesso indevido ou da manipulação de informações oficiais sobre os beneficiários, como dados dos segurados, históricos de contribuição, entre outros “ativos de informação”. A Política de Segurança da Informação busca, justamente, tornar o acesso a esses dados mais rigoroso e seletivo.

## Riscos Cibernéticos

Segundo o texto da portaria assinada pelo ministro Wolney

Queiroz, as novas regras buscam “proteger ativos de informação e conhecimentos gerados ou recebidos” e “contribuir para a gestão eficiente dos riscos cibernéticos e operacionais, limitando-os a níveis aceitáveis”.

A nova política ministerial também deverá nortear a elaboração de futuras normas ministeriais que tratem da segurança da informação, com base nos princípios de disponibilidade, integridade, confidencialidade, autenticidade e rastreabilidade.

A política integra o Sistema de Gestão de Segurança da Informação ministerial, que contempla os seguintes aspectos e processos: tratamento da informação; segurança física e do ambiente; gestão de incidentes em segurança da informação; gestão de ativos; gestão do uso dos recursos ope-

rationais e de comunicações (e-mail, acesso à internet, mídias sociais e computação em nuvem); controles de acesso; gestão de riscos; gestão de continuidade e auditoria e conformidade.

O texto da portaria também estabelece que “toda e qualquer informação gerada, custodiada, manipulada, utilizada ou armazenada” pelo ministério e por seus órgãos “compõe o rol de ativos de informação” a ser protegida.

Para isso, os usuários do Sistema de Gestão de Segurança da Informação, bem como os dispositivos automatizados, possuem apenas as permissões de acesso necessárias ao desempenho de suas funções, com o uso de múltiplos métodos de verificação para acesso que deverão ser periodicamente auditados e revisados. Além

disso, caso o usuário mude de função, seu acesso deverá ser imediatamente revogado.

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o ministério se compromete a coletar apenas os dados pessoais necessários para o desempenho de suas competências e, sempre que possível, com o consentimento dos titulares dos dados.

A pasta e seus órgãos também implementarão medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e incidentes, assegurando que sejam usados exclusivamente para os fins para os quais foram coletados.

## Prevenção

Uma segunda portaria do Ministério da Previdência Social publicada, na quarta-feira,

no Diário Oficial da União, institui a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos.

Compete ao grupo facilitar, coordenar e executar as atividades de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos no âmbito do Ministério da Previdência Social e promover a cooperação com outras equipes, incluindo a participação em fóruns e redes relativas à segurança da informação.

A equipe será formada por três integrantes da Coordenação de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva do Ministério da Previdência Social e seus respectivos substitutos, que desempenharão atividades relacionadas ao tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais. (Agência Brasil)

# Receita abre na sexta consulta a maior lote de restituição da história

A Receita Federal libera na próxima sexta-feira (23), a partir das 10h, consulta ao primeiro dos cinco lotes de restituição de 2025, que contempla 6,3 milhões de contribuintes. Será o maior da história em número de contribuintes e em valor. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 6.257.108 contribuintes receberão R\$ 11 bilhões. Todo o valor, informou o Fisco, irá para contribuintes com prioridade no reembolso.

As restituições estão distribuídas da seguinte forma:

2.375.076 contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e optaram simultaneamente por receber a restituição via Pix;

2.346.445 contribuintes de 60 a 79 anos;

1.096.168 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério;

240.081 contribuintes acima de 80 anos;

199.338 contribuintes com

deficiência física ou mental ou doença grave.

Embora não tenham prioridade por lei, os contribuintes que usaram dois procedimentos em conjunto, pré-preenchida e Pix, passaram a ter prioridade no recebimento da restituição neste ano.

A consulta poderá ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em “Meu Imposto de Renda” e, em seguida, no botão “Consultar a Restituição”. Tam-

bém é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

O pagamento será feito em 30 de maio, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes

da malha fina.

Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-

0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve acessar o menu “Declarações e Demonstrativos”, clicar em “Meu Imposto de Renda” e, em seguida, no campo “Solicitar restituição não resgatada na rede bancária”. (Agência Brasil)

# Paranaprevidência recupera R\$ 620 milhões com compensação previdenciária em 2024

A adoção de medidas para o fortalecimento do sistema de compensação previdenciária pela Paranaprevidência está mostrando resultados. Somente ano passado, o Estado recuperou mais de R\$ 620 milhões em requerimentos deferidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). E, até março deste ano, foi registrada a recuperação de mais R\$ 54 milhões.

Para o diretor-presidente da Paranaprevidência, Felipe Vidigal, estes resultados, somados às compensações previdenciárias que ainda estão por vir, representam a garantia da sustentabilidade fiscal e da equidade no pagamento dos benefícios aos servidores públicos.

“A condução deste processo pioneiro pela Paranaprevidência, em um modelo de ação que está sendo apresentado e adota-

do por outros entes federativos como estados e municípios, mostra como a captação e a gestão de recursos são importantes para a estabilidade financeira dos Regimes Próprios de Previdência Social”, explica.

A compensação previdenciária está prevista na Lei Federal nº 9.796/1999 e regulamenta a compensação dos valores e contribuições previdenciárias entre a União, Estados e Municípios.

Quando o trabalhador sai do regime CLT para ingressar no serviço público, por exemplo, ele pode levar o tempo de contribuição que recolheu ao INSS para compor o tempo total para fins de aposentadoria no novo regime.

Com a compensação, as contribuições vertidas ao INSS no período anterior, são pagas ao regime próprio que concedeu a

aposentadoria. O mesmo acontece para aqueles que, havendo trabalhado no serviço público, migram para o INSS.

Apesar dos avanços, Vidigal afirma que ainda há um acúmulo de requerimentos pendentes de análise no RGPS que, quando aprovados, podem render ao Estado mais de R\$ 2 bilhões em valores acumulados e R\$ 2,8 bilhões em fluxo futuro.

Quanto à destinação destes recursos, Vidigal explica que, para o sistema nacional de compensação não existem os fundos – Fundo Financeiro, Fundo Militar e Fundo de Previdência – existe o Estado do Paraná. “Por isso, existe um ajuste de valores entre os processos recebidos de todos os processos de servidores aposentados e seus pensionistas, diminuindo dos processos que o Paraná tem a pagar para os en-

tes. Por isso o nome compensação”, diz.

Ainda com relação aos fundos, é feita uma segregação mensal e identificados cada processo com o seu fundo respectivo, permitindo assim com que o repasse dos valores de compensação sigam o fundo correspondente.

Nos valores repassados para o Estado do Paraná existem as compensações dos Fundos Financeiro, Militar e de Previdência. “A destinação dos recursos do Comprev é feita separadamente entre os fundos correspondentes, conforme processos individuais de benefícios concedidos e que possuem compensação”, detalha Vidigal.

Desta forma, os recursos servem tanto para reduzir os repasses que o Estado executa para o pagamento de benefícios, caso

dos Fundos Financeiro e Militar, quanto para aumentar a robustez dos recursos do Fundo de Previdência, entrando no rol de aplicações e investimentos da Paranaprevidência, aumentando assim os rendimentos financeiros.

Atualmente o Paraná é o terceiro maior solicitante de compensações ao RGPS, atrás apenas de Rio de Janeiro e São Paulo.

Além disso, o Estado mantém

acordos de compensação previdenciária com 144 entes, incluindo prefeituras, governos estaduais e a União. “Este trabalho reflete a preocupação da gestão da Paranaprevidência com a saúde financeira da previdência estadual, assegurando equilíbrio atuarial e financeiro, garantindo proteção aos benefícios dos servidores”, finaliza o diretor-presidente. (AENPR)

## AGU pede que Polícia Federal investigue racismo contra ministra do TSE

O advogado-geral da União, Jorge Messias, pediu na quarta-feira (21) à Polícia Federal (PF) a abertura de investigação para apurar o caso de discriminação racial ocorrido contra a ministra Vera Lúcia Santana Araújo, uma das integrantes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Indicada ao tribunal pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Vera Lúcia é advogada reconhecida pela atuação como ativista do movimento de mulheres negras.

Na terça-feira (20), a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, denunciou o episódio, que ocorreu na sexta-feira (16).

Na ocasião, a ministra Vera Lúcia foi barrada na entrada do seminário Gestão Pública - Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e a Discriminação, promovido pela Comissão de Ética Pública (CEP) em parceria com a AGU.

Vera Lúcia era uma das palestrantes do evento e foi impedida de entrar no auditório do evento mesmo após apresentar a carteira funcional de

ministra. Ela ainda foi destrutada. A liberação só ocorreu após a ministra solicitar providências para resolver a situação.

No documento encaminhado à PF, Jorge Messias requereu “máxima urgência” na apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis e aplicação das medidas legais.

“Reitero o compromisso da Advocacia-Geral da União com a defesa dos direitos fundamentais e com o enfrentamento de todas as formas de discriminação, especialmente o racismo estrutural que ainda persiste em diversas instâncias da vida institucional brasileira”, afirmou Messias no documento.

O evento foi realizado no auditório do edifício do Centro Empresarial da Confederação Nacional do Comércio (CNC), onde diversos órgãos têm sede, entre eles, a AGU.

Em ofício enviado ao TSE, a AGU esclareceu que a entrada no prédio é controlada por funcionários terceirizados contratados pelo condomínio. (Agência Brasil)

# Novas regras para EaD protegem população e garantem qualidade

O ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou na quarta-feira (21) que as novas regras para os cursos de graduação realizados na modalidade de ensino a distância foram amplamente discutidas com os setores envolvidos e têm como objetivo garantir mais qualidade para os estudantes.

“O que estamos colocando são regras claras para garantir a qualidade. Estamos protegendo a população, garantindo que os polos não sejam polos de fachada, que tenham infraestrutura concreta, com laboratórios, com professores, com pessoas para garantir o acompanhamento. É isso que estamos querendo”, acrescentou.

Ele rebateu as críticas de que o governo agiu com preconceito ao editar o decreto que restringe

os cursos superiores na modalidade de ensino a distância (EaD). A nova regra prevê que os cursos de medicina, direito, odontologia, enfermagem e psicologia devem ser ofertados exclusivamente no formato presencial.

“Não há preconceito algum. Ao contrário, se tem um governo que está olhando para as questões da tecnologia somos nós. Inclusive discutindo inteligência artificial nas bases nacionais curriculares”, disse.

“Não acredito que o povo brasileiro queira ser atendido por um enfermeiro formado 100% a distância neste país”, completou.

“Os dados do Censo escolar são claros: houve um crescimento do ensino a distância no Brasil de forma que ele já ultrapassou significativamente o ensino

presencial. E não existe nenhuma política, nada que garanta, de forma clara, o funcionamento do ensino a distância”, explicou.

Durante audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Camilo lembrou que o redesenho dos cursos de EaD foi discutido com os setores envolvidos.

“Foram meses de discussão, inclusive, com uma audiência pública nesta Casa. Nesta comissão. Nada foi feito sem dialogar”.

## Entenda

Os cursos superiores de medicina, direito, odontologia, enfermagem e psicologia devem ser ofertados exclusivamente no formato presencial, segundo a nova regra.

A medida, determinada pelo

decreto da Nova Política de Educação a Distância, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na segunda-feira (19), determina ainda que os demais cursos de saúde e licenciaturas devem ser ofertados nos formatos presencial ou semipresencial (híbrido).

De acordo com o Ministério da Educação, o foco do novo marco regulatório é “o estudante e a valorização dos professores: a garantia de infraestrutura nos polos, a qualificação do corpo docente, a valorização da interação e mediação para uma formação rica e integral, independentemente da distância física”.

As instituições de ensino superior terão 2 anos de transição para adaptação gradual dos cursos. (Agência Brasil)

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1027485-91.2019.8.26.0001 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Crespo Dias, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a) MANOEL CORREIA DE SOUZA NETO, Brasileiro, Casado, Inscrição, RG 3534684, CPF 039.180.848-68 e Mônica Maria Ferjuz de Souza CPF 132.147.098-36, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Conju Residência Bosque de Santana - Edifício Jaqueira, foi deferida a intimação dos bloqueios judiciais de R\$ 1.353,79 (R\$ 971,23, realizados pelo sistema Sisjud. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 05 dias, para impugnação que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta, nos termos do art. 854, § 3º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de Maio de 2025. [2/23]

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1034736-18.2023.8.26.0100 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). NATÁLIA CRISTINA TORRES ANTONIO na forma da Lei, etc. FAZ SABER a) Mariana da Aparecida Silva Fabiano, Espírito de Lazara dos Campos, Haydée Stein de Campos, Matilde dos Santos, Luciano Ferraz de Araújo, Espólio de José Honório de Almeida, Espólio de José Honório de Almeida, Espólio de Cleonice Honório Lopes, Francisco Fabiano, Rogério Mathias Honório, réus ausentes, inertes, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges ou sucessores, que Neuzo Cristina Honório de Oliveira, Cláudia Poliana Honório, Pedro Antonio Honório e Carlos Luiz Honório ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado à Rua dos Faiscadores, nº 128, Jardim, CEP 08450-250, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, exped-se o presente edital para citação dos supramencionados para comparetarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir do prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [2/23]

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1050867-34.2024.8.26.0100 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Gisela Aguiar Wanderley, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a) Alfred Marozz, Madeleine Nori, Edifício Iguacu e Azeilo Capobianco, réus ausentes, inertes, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges ou sucessores, que TAU Solutions Informática Ltda ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado à Avenida Nove de Julho, nº 1073, Apartamento nº 52, localizado no 5º Andar do Edifício Iguacu, Bela Vista, São Paulo-SP, CEP: 01313-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, exped-se o presente edital para citação dos supramencionados para comparetarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir do prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [2/23]



SACYR SOMAGUE S.A. DO BRASIL E CONTROLADA

CNPJ: 05.055.482/0001-09

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação e consideração de V. Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos do Caixa, referentes ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Outrossim, colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. As Demonstrações financeiras aqui publicadas, também estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: www.gov.br/centraldebalancos.

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em reais - R\$ - centavos eliminados)			
	Notas	Controladora	Consolidado	
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	3.743	575.553	4.774
Títulos e valores mobiliários				578.617
Estoques				
Contas a receber de clientes	4.2	37.483.718	39.456.545	37.483.718
Contas a receber de consorciadas	4.3	32.075	19.150	32.075
Impostos a recuperar	4.4	1.463.751	2.137.817	1.463.751
Outros ativos	4.5	51.719	49.232	52.152
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>39.035.006</b>	<b>42.238.297</b>	<b>39.036.470</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>42.242.600</b>
Contas a receber de clientes				
Partes relacionadas	5.1	8.597	5.431.629	7.579
Impostos diferidos	5.2	-	-	5.489.660
Depósitos judiciais	5.3	24.296	24.296	51.534
		<b>32.893</b>	<b>5.455.225</b>	<b>59.113</b>
Investimentos	5.4	-	-	5.539.954
Ágio/Deságio em investimentos				
Imobilizado	5.5	204.091	270.912	204.091
Intangível	5.5	(9)	(9)	(9)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>236.975</b>	<b>5.726.829</b>	<b>263.195</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>39.271.980</b>	<b>47.965.126</b>	<b>39.299.665</b>
				<b>48.053.456</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em reais - R\$ - centavos eliminados)			
	Notas	Controladora	Consolidado	
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	6.1	5.338.350	995.638	5.404.979
Empréstimos e financiamentos				1.051.342
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	6.2	-	398.166	398.166
Impostos e contribuições a recolher	6.3	(54.356)	287.277	(52.450)
Adiantamento de clientes	5.2	9.643.966	9.686.721	9.643.966
Contas correntes de consorciadas	4.4	8.677	1.013.184	8.677
Dividendos a pagar				1.013.184
Provisão para outros riscos e encargos	6.4	964.615	2.972.357	964.615
Perda com investimentos				2.972.357
Outras contas a pagar	6.5	489.324	9.599.236	18.240.056
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>16.390.576</b>	<b>24.952.579</b>	<b>34.209.844</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>39.701.736</b>
Empréstimos e financiamentos				
Partes relacionadas	5.1	94.677.687	75.574.397	94.677.687
Provisão para perdas em consórcios e obras				
Provisão para perdas em investimentos	5.4	17.791.584	16.385.288	1.724.463
Outras contas a pagar				
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>112.469.271</b>	<b>91.959.685</b>	<b>94.677.687</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				<b>77.298.859</b>
Capital		103.533.572	103.533.572	103.533.572
Capital a integralizar				
Reservas de Capital				
Outras reservas				
Prejuízos acumulados		(193.121.439)	(172.480.711)	(193.121.439)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	7	<b>(89.587.866)</b>	<b>(68.947.138)</b>	<b>(89.587.866)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>39.271.980</b>	<b>47.965.126</b>	<b>39.299.665</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em reais - R\$ - centavos eliminados)

DESCRISÃO	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em reais - R\$ - centavos eliminados)			
	Notas	Controladora	Consolidado	
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS</b>	8.1	(1.790.341)	(17.165.416)	(1.790.341)
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	8.2	(669.141)	(791.087)	(669.141)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>(2.459.482)</b>	<b>(17.956.503)</b>	<b>(2.459.482)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>				
Despesas gerais e administrativas	8.2	(1.970.366)	53.574.255	(5.546.131)
Outras receitas (despesas) op., líquidas	8.3	(1.988.346)	-	(1.988.346)
Resultado de equivalência patrimonial	8.4	(3.638.831)	(756.956)	(1.261)
Provisão para outros riscos e encargos	8.5	2.007.742	(2.286.340)	2.007.742
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>		<b>(8.049.283)</b>	<b>32.574.456</b>	<b>(7.987.478)</b>
<b>ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>				
Receitas financeiras		21.284	58.526	21.286
Despesas financeiras		1.581.807	(9.119.308)	1.579.050
Variações cambiais, líquidas		(14.054.805)	2.770.700	(14.113.853)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OP. ANTES DO IRPJ E CSLL</b>	8.6	<b>(12.451.713)</b>	<b>(6.290.082)</b>	<b>(12.513.518)</b>
IRPJ e CSLL		(20.500.996)	26.284.374	(20.500.996)
Correntes		(139.732)	(6.036.990)	(139.732)
Diferidos	8.7	(139.732)	(6.036.990)	(139.732)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>(20.640.728)</b>	<b>20.247.384</b>	<b>(20.640.728)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL A Sociedade, sob o CNPJ 05.055.482/0001-09, é uma filial da empresa portuguesa SACYR SOMAGUE S/A, autorizada a funcionar no Brasil pela portaria nº. 37, de 12 de março de 2002, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e tem como objeto social a execução de empreitadas de obras públicas e privadas, e compra e venda de imóveis. No decorrer do ano em análise foi mantida a estratégia delineada para a atuação do Grupo Sacyr Somague no mercado brasileiro, nas diversas áreas onde o mesmo se pode posicionar de forma diferenciada e competitiva. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da controlada Somague Construções S.A. Os resultados da controlada adquirida durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, conforme aplicável. As demonstrações financeiras da controlada estão ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Filial. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações Financeiras da empresa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As principais práticas contábeis observadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) **Caixa e equivalentes de caixa** Registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. b) **Títulos e valores mobiliários** Representados por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs (renda fixa), sendo classificados em "empréstimos e recebíveis" e estão mensurados pelo custo amortizado. c) **Ativos e passivos financeiros** São mensurados pelo método do custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita e a despesa de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial. d) **Contas a receber de clientes e provisões para créditos de liquidação duvidosa** Registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos faturados e ajustados pelo reconhecimento da receita em virtude da evolução de cada obra. Constituída com base na avaliação dos saldos com risco de realização e negociações em andamento por cliente. e) **Consórcios** De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e, conseqüentemente, têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidos linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio. f) **Investimentos** Registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme este método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e, em seguida, ajustados para fins de reconhecimento da participação da Filial no lucro ou prejuízo e em outros resultados abrangentes das investidas. g) **Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, ajustado pelas depreciações acumuladas, calculadas pela método linear, às taxas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem. h) **Avaliação de recuperação de ativos** Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos, para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). i) **Empréstimos e financiamentos** Registrado ao valor de custo, acrescido dos encargos e das variações monetárias. j) **Partes relacionadas** Registrado ao valor de custo, acrescido dos encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias. Referem-se basicamente a reembolso de despesas e mútuos. k) **Imposto de renda e contribuição social** A provisão para o imposto de renda e a contribuição social é calculada com base no lucro tributável de acordo com as alíquotas vigentes nas datas dos balanços. l) **Provisões, incluindo provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas** São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. m) **Contratos de prestação de serviço de construção e contratos onerosos** A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra, de acordo com a CPC 40. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratual, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. A receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato, de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos. Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos, desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso), a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e no passivo, registrada na rubrica "Outras contas a pagar". Os montantes faturados ou a fatura registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". n) **Resultado** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. o) **Combinação de negócios** As aquisições de negócios são contabilizadas pelo seu valor justo, que é a soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Filial com os antigos controladores da adquirida e das participações societárias emitidas pela Filial em troca do controle da investida, na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O ágio é o resultado positivo da soma do valor justo da combinação de negócios, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), deduzida dos valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da operação, valorizados a valor justo. Se o resultado dessas operações não resultar positivo, o valor apurado é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. As variações no valor resultantes de informações adicionais obtidas durante o período de mensuração, o qual é limitado a um ano a partir da data da aquisição, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes naquela data, são registradas retroativamente como ajuste ao valor do ágio. A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração, que tenha sido apropriada ao patrimônio líquido, não é remensurada subsequentemente e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 38) ou a norma IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período, na qual essa combinação ocorreu, a Filial registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide parágrafos anteriores), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores contabilizados naquela data. 3. **CONSORCIOS CONSTRUTORES** A atuação da Sociedade no mercado brasileiro decorre através da integração de consórcios. Agupamentos Empresariais para a Construção, Fiscalização, Gerenciamento e Controle de Obras. Os ativos, passivos e resultados dos consórcios estão refletidos nas demonstrações financeiras, proporcionalmente à efetiva participação: a) 50% de participação no Consórcio SA Paulista-Somague, constituído em 15 de maio de 2012, tendo como objeto a Elaboração do Projeto executivo e execução das obras civis dos terminais de ônibus, passarelas e sistema viário; das salas técnicas e complementação da estação Vila Prudente; da proteção parcial da galeria do córrego da Móoca e da interligação Vila Prudente - sistema de monitorio e - Metrô B - Estação Vila Prudente - Sistema metrô do prolongamento da linha 2 - verde da Companhia do Metropolitan de São Paulo - e 35% de participação no Consórcio S.A. Paulista-Somague-Benito Roggio Hijos, constituído em 19 de abril de 2013, tendo como objeto a Execução das obras civis das 11 (onze) estações e do pátio Ragueb Chohfi do Sistema Monitorio da Linha 15 - Prata da Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô. "Lote 01 - Estação São Lucas, Estação Camilo Haddad, Estação Vila Tostoi e Estação Vila União; Lote 03 - Estação Iguatu, Estação Jaqueira, Estação Jacu-Pêssego e Estação Chohff de obras"; c) 50% de participação no Consórcio São Francisco Leste, constituído em 13 de maio de 2013, tendo como objeto a Execução de obras civis, instalação, montagem, comissionamento e testes das obras complementares das metas 1L e 2L, do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. 4. **ATIVO CIRCULANTE**

4.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora				Consolidado			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Caixa	742	1.192	1.083	1.533				
Bancos conta movimento	3.001	574.361	3.691	577.084				
<b>Total</b>	<b>3.743</b>	<b>575.553</b>	<b>4.774</b>	<b>578.617</b>				

4.2 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora				Consolidado			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Prestação de serviços - a faturar	37.483.718	39.456.545	37.483.718	39.456.545				
<b>Total Circulante</b>	<b>37.483.718</b>	<b>39.456.545</b>	<b>37.483.718</b>	<b>39.456.545</b>				
<b>Não circulante</b>								
Prestação de serviços - a faturar								
<b>Total Não Circulante</b>								

4.3 - CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE CONSÓRCIOS

Participação no consórcio - %	2024		2023	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Consórcio Vila Prudente	50,00			
Consórcio Linha 15	32,075		19,150	
Consórcio São Francisco Leste	50,00			(1.004.508)
<b>Total</b>	<b>32,075</b>	<b>(8,677)</b>	<b>19,150</b>	<b>(1.013.184)</b>

4.4 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora				Consolidado			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
IRRF s/ aplicações financeiras								
IRPJ a recuperar de anos anteriores	486.115	564.961		486.115	564.961		486.115	564.961
CSLL a recuperar de anos anteriores	400.561	400.542		400.561	400.542		400.561	400.542
CSLL S/NF a recuperar - Competência	-	-	-	-	-	-	-	-
PIS S/NF a recuperar - Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-
COFINS S/NF a recuperar - Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-
INSS retido s/ NF a recuperar	568.916	1.164.087	568.916	1.164.087				
Impostos pagos a maior	8.158	8.227	8.158	8.227				
<b>Total</b>	<b>1.463.751</b>	<b>2.137.817</b>	<b>1.463.751</b>	<b>2.137.817</b>				



**VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

(nova denominação social da ISEC SECURITIZADORA S.A.)

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

**EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 152ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 152ª Série da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização (nova denominação social da Isec Securitizadora S.A.), inscrita no CNPJ sob o nº 08.769.451/0001-08 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 152ª Série da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização (atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)*, celebrado em 27 de novembro de 2020 (“*Termo de Securitização*”), e reuniram-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI (“*Assembleia*”), a realizar-se, em **primeira convocação**, no dia **12 de junho de 2025, às 10 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“*CVM*”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“*Resolução CVM 60*”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) Aprovar a não realização da Recompra Compulsória Total dos Créditos Imobiliários Totais, prevista na cláusula 4.1.2 (k) do Contrato de Cessão e, por consequência, a não Recompra Compulsória Total dos CRI, prevista na cláusula 6.3 (k) do Termo de Securitização, em razão da não apresentação das demonstrações financeiras trimestrais, consolidadas e auditadas por auditor independente, conforme previsto na cláusula 2.6 do Instrumento de Fiança, dos fiadores Mix Empreendimento, Mix Administração, e Shift Administração, referentes aos períodos 01 de janeiro de 2024, 01 de abril de 2024, 01 de julho de 2024, 01 de outubro de 2024 e 01 de janeiro de 2025, sendo certo que os documentos deverão ser disponibilizados, independentemente de estarem auditados ou não, em até 30 (trinta) dias contados da aprovação deste item da ordem do dia; (ii) Aprovar a não realização da Recompra Compulsória Total dos Créditos Imobiliários Totais, prevista na cláusula 4.1.2 (k) do Contrato de Cessão e, por consequência, a não Recompra Compulsória Total dos CRI, prevista na cláusula 6.1 (k) e do Termo de Securitização, em razão da não envio cópia das declarações de imposto de renda no caso dos fiadores William Baida e Célia Regina Oliveira Bai, referentes ao ano calendário 2024 - exercício 2024, cujo prazo expirou em 30 de abril de 2024, conforme previsto na cláusula 2.6 do Instrumento de Fiança, sendo certo que o referido documento foi disponibilizado em 07 de maio de 2025; (iii) Aprovar a não realização da Recompra Compulsória Total dos Créditos Imobiliários Totais, prevista na cláusula 4.1.2 (k) do Contrato de Cessão e, por consequência, a não Recompra Compulsória Total dos CRI, prevista na cláusula 6.1 (k) e do Termo de Securitização, em razão do não envio do *seguro patrimonial* e do *endosso em favor da Emissora*, dos imóveis referentes (a) às matrículas nº 394, 395, 396 e 397 do 15º Cartório do Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo - SP (Alienação Fiduciária de Imóveis I), cujo prazo para envio do seguro patrimonial expirou em 20 de janeiro de 2021, e o prazo do endosso expirou em 10 de fevereiro de 2021; (b) à matrícula nº 48.127, do 2º Cartório do Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo - SP (Alienação Fiduciária de Imóvel 2), cujo prazo para envio do seguro patrimonial expirou em 22 de dezembro de 2020, e o prazo do endosso expirou em 15 de janeiro de 2021; (c) às matrículas nº 69.470 e 69.471, do 1º Cartório do Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo - SP (Alienação Fiduciária de Imóveis 3), cujo prazo para envio do seguro patrimonial expirou em 20 de janeiro de 2021 e o prazo do envio do endosso expirou em 10 de fevereiro de 2021, sendo certo que os referidos documentos deverão ser apresentados em até 30 (trinta) dias após a aprovação deste item da ordem do dia; (iv) Aprovar a não realização da Recompra Compulsória Total dos Créditos Imobiliários Totais, prevista na cláusula 4.1.2 (k) do Contrato de Cessão e, por consequência, a não Recompra Compulsória Total dos CRI, prevista na cláusula 6.1 (k) e do Termo de Securitização, em razão do envio intencional do seguro patrimonial e do endosso relativo (a) à matrícula nº 108.197, do 15º Cartório do Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo - SP (Alienação Fiduciária de Imóveis I); (b) à matrícula nº 214.086, do 18º Cartório do Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo - SP (Alienação Fiduciária Imóvel 4), conforme previsto na cláusula 4.5 dos Contratos de Alienações Fiduciárias de Imóveis, sendo certo que os referidos documentos deverão ser apresentados em até 30 (trinta) dias após a aprovação deste item da ordem do dia; (v) Aprovar a alteração da cláusula 4.1.2 (s) do Contrato de Cessão e da cláusula 4.1.2 (s) do Termo de Securitização, a fim de que seja permitida apresentação das cópias das demonstrações financeiras trimestrais consolidadas, sem necessidade de auditoria de auditor independente, sendo certo que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de Exercício Social findo em 31 de dezembro de cada ano, devem continuar sendo auditadas por auditor independente, passando a vigor da seguinte forma: “4.1.2. s) *no atendimento, pela Mix Administração, do seguinte índice financeiro em qualquer trimestre fiscal ou Exercício Social, a contar de 31 de dezembro de 2021, apurado pela Cessionária com base nas demonstrações financeiras trimestrais não auditadas da Mix Administração e nas demonstrações financeiras anuais auditadas da Mix Administração, a serem encaminhadas pela Cedente em até 30 (trinta) dias contados do encerramento de cada trimestre, e em até 90 (noventa) dias contados do encerramento de cada Exercício Social, respectivamente, junto com os demais documentos necessários para a verificação pela Cessionária do atendimento ao índice financeiro, assim que finalizadas (“Índice Financeiro”): Relação Dívida Líquida e EBITDA (conforme abaixo definidos) consolidada da Mix Administração não poderá ser superior a 3,5x, para cada trimestre fiscal ou Exercício Social; ou” (vii) Aprovar a alteração da cláusula 2.1.2 dos Contratos de Alienações Fiduciárias de Imóveis, a fim de que o laudo de avaliação do imóvel seja apresentado a cada 2 (dois) anos, todo mês de abril, devendo o primeiro laudo ser disponibilizado em até 30 (trinta) dias após a aprovação deste item em assembleia, e o laudo de avaliação seguinte em abril de 2027, além da possibilidade de disponibilização do referido documento ao titular do CRI, mediante solicitação à Securitizadora, sendo certo que a cláusula passará a vigor com a seguinte redação: “2.1.2. A Alienante deverá encaminhar à Parte Garantida, a cada 2 (dois) anos, todo mês de abril, sendo o primeiro a ser disponibilizado em abril de 2027, ou quando solicitado pela Parte Garantida mediante solicitação dos Titulares de CRI reunidos em assembleia geral na forma prevista nos Documentos da Operação, nova avaliação do Imóvel, a ser elaborada por uma das Empresas Especializadas, às expensas da Alienante, de forma a estabelecer e/ou corroborar o Valor do Imóvel para os fins da Lei nº 9.541, sendo certo que o referido laudo poderá ser disponibilizado ao titular do CRI, mediante solicitação à Securitizadora. As Partes deverão promover, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de entrega do novo laudo de avaliação, o adiamento a este Contrato de forma a refletir no Anexo II o novo valor de liquidação forçada do Imóvel evidenciado no laudo de avaliação com relação ao Imóvel reavaliado, que passará a integrar a definição de “Valor do Imóvel”, prevista no Contrato.” (viii) Aprovar a alteração das cláusulas 13.3 e 13.5 do Termo de Securitização, que tratam da realização da Assembleia Geral, sendo certo que a cláusula passará a vigor com a seguinte redação: “13.3 Convocação e Instalação. A convocação da Assembleia Geral de Titulares de CRI far-se-á mediante edital publicado na página que contém as informações do Patrimônio Separado na rede mundial de computadores, com antecedência de 20 (vinte) dias, em primeira ou segunda convocação. A Assembleia Geral de Titulares de CRI instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRI que representem, pelo menos, a maioria dos CRI em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos presentes. 13.3.1. É admitida a realização de primeira e segunda convocação, por meio de edital único, no caso de Assembleia Geral convocada para deliberar exclusivamente sobre as demonstrações financeiras previstas no inciso I do artigo 25 da Resolução CVM 60, de forma que o edital da segunda convocação poderá ser divulgado simultaneamente ao edital da primeira convocação. 13.3.2. Da convocação de Assembleias Gerais deve constar, no mínimo: (i) dia, local e hora em que será realizada a Assembleia Geral, sem prejuízo da possibilidade de a Assembleia Geral ser realizada parcial ou exclusivamente de modo digital; (ii) ordem do dia contendo todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da Assembleia Geral; e (iii) indicação da página na rede mundial de computadores em que o Titular dos CRI pode acessar os documentos pertinentes à ordem do dia que sejam necessários para debate e deliberação da Assembleia Geral. 13.3.3. Caso o Titular dos CRI possa participar da Assembleia Geral à distância, por meio de sistema eletrônico, a convocação deve conter informações detalhando as regras e os procedimentos sobre como os Titulares de CRI podem participar e votar à distância na Assembleia Geral, incluindo informações necessárias e suficientes para acesso e utilização do sistema pelos Titulares de CRI, assim como se a Assembleia Geral será realizada parcial ou exclusivamente de modo digital. As informações previstas neste item podem ser divulgadas de forma resumida, com indicação do endereço na rede mundial de computadores onde a informação completa estiver disponível a todos os Titulares de CRI. (...) 13.5 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Titulares de CRI o disposto na Resolução CVM 60, bem como, no que couber, o disposto na Resolução CVM 81, no que for aplicável.” O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença dos titulares que representem, pelo menos, a maioria dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, nos termos da cláusula 13.3 do Termo de Securitização. As matérias (i) a (v) da Ordem do Dia deverão ser aprovadas, em primeira convocação, por Titulares de CRI que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação ou, em segunda convocação, por Titulares de CRI que representem a maioria dos CRI em Circulação presentes na referida Assembleia, observado que o quórum de instalação não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 6.3.2 do Termo de Securitização. As matérias (vi) a (vii) da Ordem do Dia deverão ser aprovadas por Titulares de CRI representando, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação presentes na Assembleia em primeira convocação e, em segunda convocação, por 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares de CRI presentes na referida Assembleia, nos termos da cláusula 13.7 do Termo de Securitização. A matéria (viii) da Ordem do Dia deverá ser aprovada por Titulares de CRI representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRI em Circulação presentes na Assembleia em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, nos termos da cláusula 13.8 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema “Microsoft Teams” de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora através dos seguintes Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para [juridico@virgo.inc](mailto:juridico@virgo.inc) ao Agente Fiduciário para [gtm@virgo.com.br](mailto:gtm@virgo.com.br) e agente/fiduciário@vortx.com.br, imprime/verifique em 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, identificando no título do e-mail a operação, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identificação; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais; para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgante o envio de acordo com as instruções do outorgante, não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a respectiva manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (<https://virgo.inc>) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes, e (iv) conter declaração de conflito de interesses da seguinte forma, sob pena de inviabilidade do cômputo do voto: “O Titular do CRI declara a inexistência de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação das matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, bem como no art. 32 da Resolução CVM 60/2021, no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável.” Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 22 de maio de 2025.*

**VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

# Setor elétrico: MP permite que consumidor escolha o fornecedor

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na quarta-feira (21), a medida provisória (MP) que reforma o setor elétrico brasileiro com o objetivo de reduzir o custo da energia para a população e pequenos empresários. O texto deve ser publicado em breve no Diário Oficial da União e prevê mudança da Tarifa Social, abertura de mercado, com liberdade de escolha de fornecedor para o consumidor comum, e distribuição mais justa do pagamento de encargos.

“É preciso que a gente faça justiça numa coisa tão importante que é a energia para o consumo das famílias brasileiras”, disse Lula durante reunião no Palácio do Planalto.

A proposta é que haja a isenção de pagamento de tarifa de energia elétrica para famílias de baixa renda que consumam até 80 quilowatts-hora (kWh) por mês, o que chegará a 60 milhões de pessoas no país. Os beneficiários são famílias do CadÚnico com renda mensal de até meio salário-mínimo per capita, idosos com Benefício de Prestação Continuada e famílias indígenas e quilombolas do CadÚnico.

Atualmente, a isenção completa do pagamento em caso de consumo de até 50 kWh vale para indígenas e quilombolas, enquanto os idosos com BPC e as famílias do CadÚnico têm direito a descontos escalonados de até 65%, caso o consumo seja menor que 220kWh.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), as faixas de desconto estão defasadas e, com as mudanças, nenhuma família terá redução no benefício atualmente recebido. “A gratuidade para o consumo de até 80 kWh/mês garante o acesso à energia elétrica, sem custos, para atendimento das necessidades básicas das famílias beneficiárias”, explicou a pasta.

Assim, a expectativa é que mudança reduza os furtos (gatos de energia) e custos operacionais das distribuidoras por redução da inadimplência.

A Tarifa Social é custeada pela

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e seus beneficiários são isentos de pagamento desse encargo.

Pela proposta, famílias do CadÚnico com renda per capita entre meio e um salário mínimo também terão isenção do pagamento da CDE no consumo mensal de até 120 kWh. O objetivo é ter uma tarifa de transição entre Tarifa Social e tarifa normal, com distribuição mais justa dos impactos da CDE no orçamento familiar. Cerca de 55 milhões de pessoas podem ser beneficiadas com redução de cerca de 12% na conta de energia.

A assinatura da MP ocorreu em reunião no Palácio do Planalto, com a presença de ministros, os presidentes da Câmara e do Senado, líderes do governo no Congresso e outros parlamentares. Por se tratar de uma medida provisória, o texto entra em vigor imediatamente após a sua publicação, mas precisa ser aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em até 120 dias. Se não for votado, perde a validade.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, Lula participou ativamente da construção da proposta na busca por reduzir o custo da energia à população. “Mas, especialmente, para fazer justiça com a classe média do Brasil e com os nossos consumidores de baixa renda e corrigir distorções do setor criado nos últimos 20 anos”, disse, lembrando que o movimento da transição energética e investimento em novas fontes elevaram os custos da energia ao longo dos anos.

O custo de R\$ 3,6 bilhões por ano da nova tarifa e do desconto social será compensado com os outros eixos da reforma do setor: a abertura do mercado e o equilíbrio dos custos internos. Uma das distorções é o pagamento sobre a segurança energética, que é paga apenas pelos consumidores do mercado regulado de baixa tensão e não pelos compradores no mercado livre, de energia de alta tensão.

Pela proposta, os consumidores livres serão incluídos na base de adquirentes da produção de energia elétrica das usinas Angra 1 e 2, de energia nuclear, e de consumidores que suportam os incentivos à geração distribuída por meio da CDE, com rateio proporcional ao consumo, independentemente do nível de tensão.

“A conta vai cair [para o consumidor comum] numa correção de alguns incentivos que foram dados, em especial às geradoras, no final do conjunto do processo, que foram úteis de certa forma, porque fizeram com que o Brasil pudesse ser protagonista da transição energética global, mas que não faz mais sentido o consumidor pagar a partir de agora”, explicou Silveira.

Outro trecho da MP dá mais liberdade de escolha para o consumidor, inclusive residencial, em relação à origem da energia que ele irá consumir. Segundo Alexandre Silveira, a medida beneficia, principalmente, a classe média, acabando com o monopólio das distribuidoras, como ocorre hoje com operadoras de telefonia e internet, por exemplo. Residências, poderão escolher sua fonte de energia.

“Acaba com o monopólio apenas de uma fonte para poder fornecer energia para o mercado regulado, que é a fonte, é da geração distribuída, permitindo que todo mundo possa e escolher a fonte que quer comprar energia, criando naturalmente uma concorrência entre as várias fontes de geração de energia e, com isso, igualando os demais consumidores aos consumidores livres que hoje pagam em média 23% a menos do que o consumidor regulado”, explicou.

Cerca de 80 mil consumidores, hoje, compram no mercado livre.

A abertura do mercado será gradual, para garantir o cumprimento de contratos e preparação do setor. Indústrias e comércio a partir de agosto de 2026 e demais consumidores a partir de dezembro de 2027. (Agência Brasil)

# CCJ do Senado aprova fim da reeleição para cargos do Executivo

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a reeleição no Brasil para presidente, governadores e prefeitos foi aprovada, na quarta-feira (21), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A PEC 12/2002 ainda aumenta os mandatos do Executivo, dos deputados e dos vereadores para cinco anos. Agora, o texto segue para análise do plenário do Senado.

A PEC previa o aumento do mandato dos senadores de oito para dez anos, mas a CCJ decidiu reduzir o tempo para cinco anos, igual período dos demais cargos. A proposta ainda unifica as eleições no Brasil para que todos os cargos sejam disputados de uma única vez, a partir de 2034, acabando com eleições a cada dois anos, como ocorre hoje.

A proposta prevê um período de transição para o fim da reeleição. Em 2026, as regras continuam as mesmas de hoje. Em 2028, os prefeitos candidatos poderão se reeleger pela última vez e os vencedores terão man-

dato estendido de seis anos. Isso para que todos os cargos coincidam na eleição de 2034. Em 2030, será a última eleição com possibilidade de reeleição para os governadores eleitos em 2026. Em 2034, não será mais permitida qualquer reeleição e os mandatos passarão a ser de cinco anos.

Após críticas, o relator Marcelo Castro (MDB-PI) acatou a mudança sugerida para reduzir o mandato dos senadores.

“A única coisa que mudou no meu relatório foi em relação ao mandato de senadores que estava com dez anos. Eu estava seguindo um padrão internacional, já que o mandato de senador sempre é mais extenso do que o mandato de deputado. Mas senti que a CCJ estava formando maioria para mandatos de cinco anos, então me rendi a isso”, explicou o parlamentar.

Com isso, os senadores eleitos em 2030 terão mandato de nove anos para que, a partir de 2039, todos sejam eleitos para mandatos de cinco anos. A mu-

dança também obriga os eleitores a elegerem os três senadores por estado de uma única vez. Atualmente, se elegem dois senadores em uma eleição e um senador no pleito seguinte.

Os parlamentares argumentaram que a reeleição não tem feito bem ao Brasil, assim como votações a cada dois anos. Nenhum senador se manifestou contra o fim da reeleição.

O relator Marcelo Castro argumentou que o prefeito, governador ou presidente no cargo tem mais condições de concorrer, o que desequilibraria a disputa.

“Foi um malefício à administração pública do Brasil a introdução da reeleição, completamente contrária a toda a nossa tradição republicana. Acho que está mais do que na hora de colocarmos fim a esse mal”, argumentou Castro.

A possibilidade de reeleição foi incluída no país no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1997, mudança que permitiu a reeleição do político em 1998. (Agência Brasil)

# Dirigentes de emissoras públicas alertam para cuidados com fake news

Representantes de organizações nacionais e internacionais estão reunidos, em São Paulo, para debater o papel das emissoras públicas na prática do jornalismo, na programação cultural e na educação.

O 1º Congresso Internacional de Emissoras Públicas da USP, que aconteceu na quarta-feira (21) e quinta-feira (22), pretende fomentar debates sobre o papel das emissoras públicas, destacando sua contribuição para o jornalismo de qualidade, o fortalecimento da democracia, a valorização da pluralidade, a programação cultural e a promoção da educação midiática, sempre orientadas pelo interesse público.

O diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Jean Lima, afirmou no painel que as contribuições e as estratégias das emissoras públicas para enfrentar o cenário de desinformação e promover a democracia, que a desinformação sempre existiu, mas a desinformação como método político, instrumento da extrema direita, é a novidade mais recente, principalmente com a ascensão das mídias sociais, das redes sociais.

“A desinformação tem dois braços. O primeiro é desestabilizar democracias. Nós vivemos isso muito de perto aqui no Brasil, com o questionamento, por exemplo, do processo eleitoral, que é exemplo no mundo. Outro exemplo é a vacinação, também referência para o mundo, que é um serviço público, também foi afetado pela desinformação. São dois

exemplos de como a desinformação pode afetar o acesso a políticas e serviços públicos”, disse.

Jean Lima citou os veículos da EBC como parte da credibilidade do jornalismo como forma de combater a desinformação.

“Temos na TV 2 horas e meia de jornalismo diário, que informa a população sobre os serviços, atendimento ao cidadão, políticas públicas. Temos a Rádio Nacional, que presta serviço importante, também por meio de podcast, com ações educativas e informativas”.

Ele mencionou também a Rádioagência e a Agência Brasil, agência pública de notícias, ambas da EBC.

A correspondente da ARD na América do Sul (Associação de Empresas Públicas de Radiodifusão da República Federal da Alemanha), Anne Herrberg, ressaltou que a entidade, para combater as fake news, tem usado mais tempo para checar as informações e fontes.

“Hoje temos muitos mecanismos para fazer a checagem de dados e fatos. Temos um departamento jurídico que também ajuda muito a eleger palavras, ver qual o impacto de algo e como podemos falar algo. Temos também trabalhado para construir fontes para deixar nosso trabalho mais transparente para a audiência”, explicou.

O diretor de redação da BBC Brasil em Londres, Caio Quero, defendeu que antes de falar em como combater as fake news é preciso destacar o impacto de ser uma emissora pública no conteúdo e como é importante reforçar a segurança da informação para im-

# Trópicos registram perda recorde de floresta primária

Em 2024, países dos trópicos, como o Brasil e a Bolívia, perderam 6,7 milhões de hectares de floresta primária. A área, que corresponde à do Panamá inteiro, é a maior já registrada pelo Laboratório de Análise e Descoberta de Terras Globais (Glab), da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos.

Os dados, que podem ser vistos na plataforma Global Forest Watch (GFW), do World Resources Institute (WRI), confirmam a destruição de 18 campos de futebol por minuto. Os incêndios florestais são o principal fator para a perda vegetal - algo que os especialistas destacam, a fim de diferenciar de desmatamento, já que esse pressupõe ação humana e nem sempre é o contexto de todas as situações monitoradas. Eles acrescentam que, ainda que os incêndios sejam um fenômeno natural em certos ecossistemas, em florestas tropicais são quase sempre provocados pelo ser humano.

Os incêndios queimaram cinco vezes mais floresta tropical primária em 2024 do que em 2023. Um grupo de apenas dez países responderam por 87% da perda registrada no ano passado, estando no topo da lista o Brasil, onde 42% da perda nos trópicos ficaram concentrados. Também compõem a relação a Bolívia, que subiu para a segunda posição nesse último ano de análise, a República Democrática do Congo, Indonésia, o Peru, Laos, a

Colômbia, Camarões, a Nicarágua e o México.

Em todo o mundo, houve também um recorde de perda de cobertura arbórea, ou seja, o agravamento do quadro não ficou limitado às florestas tropicais primárias. O monitoramento indicou aumento de 5% na perda total, na comparação com 2023, o que elevou a soma da área devastada para 30 milhões de hectares e fez com que, pela primeira vez, os pesquisadores constatassem grandes incêndios consumindo vegetação tanto nos trópicos quanto em florestas boreais.

O acadêmico e codiretor do Glad Lab, Peter Potapov, explicou que foram identificadas perdas significativas, inclusive em locais remotos, como o Alasca, em pontos do Canadá e também na Sibéria. Para Potapov, há preocupação com o fato de atingir florestas em pontos mais recuados porque “nos cenários intactos não há atividade industrial”.

Quanto ao caso específico do Brasil, Potapov apontou os fatores que contribuem para o avanço na devastação de florestas intactas.

O resultado da generalização é atribuído também ao volume de gases de efeito estufa produzido pelos incêndios. Foram expelidas 4,1 Gt, quantidade quatro vezes maior do que em 2023.

Segundo o catedrático Matt Hansen, também codiretor do Glad Lab, o documento com as informações consolidadas com-

pletar positivamente no ambiente internacional mais democratizado com as pessoas acessando e produzindo muita informação.

“Nós, como parte do serviço público, como emissoras públicas e como veículos de comunicação pública, temos que lembrar primeiro que a cadeira, o computador, tudo isso é bem público. É o nosso motivo final de existência, que é o conteúdo, também é público. E isso tem algumas questões que a gente tem que lembrar: um dos valores mais importantes da BBC é o que eles chamam de value for money, que é valorizar o dinheiro do contribuinte e lembrar que o contribuinte está financiando o nosso jornalismo, que tem que ter qualidade”, afirmou.

O diretor de Programação da TV Cultura, Eneas Carlos Pereira, ressaltou que a desinformação é fruto, principalmente, da polarização e das transformações tecnológicas, que dá uma grande repercussão para as notícias falsas.

“A pós-verdade ou a desinformação, as fake news, acabam nascendo do casamento perverso do populismo e da polarização. Os dois meios que se retroalimentam e criam pós-verdade. Isso não é privilégio nem de uma direita, nem de uma esquerda. Isso acaba sendo uma conduta humana para permanência no poder”, avalia.

Para Eneas, é preciso estar atento porque a forma de comunicação pública não tem acompanhado a transformação que tem acontecido desde o surgimento dessas “fazendas digitais”. (Agência Brasil)

pleta uma década com indicativos críticos. “Estamos vendo esse relatório como más notícias”, resumiu.

No relatório, constam mais detalhes sobre o período atravessado pelo Brasil, país com o maior número de florestas primárias tropicais do mundo. De acordo com a equipe do Glab Lab, as taxas de perda não relacionada a incêndios também subiram 13% em 2024, mas permaneceram abaixo dos picos do início dos anos 2000 e também dos alcançados durante o governo anterior.

No documento, os pesquisadores atribuem, principalmente, ao desmatamento de florestas para monocultivo de soja e para a pecuária a responsabilidade pela perda de floresta primária. Eles reconhecem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem buscado garantir a preservação dos biomas por meio de políticas socioambientais, com a revogação de leis, a demarcação de terras indígenas e ações que visam ao cumprimento da legislação em vigor, mas que essa evolução ainda está ameaçada pela expansão agropecuária.

A Amazônia teve a maior perda de vegetação desde o recorde em 2016, saltando 110% de 2023 a 2024, sendo os incêndios o elemento central no ano passado. O Pantanal, por sua vez, foi o bioma que apresentou o maior percentual de perda de cobertura arbórea. (Agência Brasil)